

12ª Jornada Rumo ao Brasil 2022

A CNTU e as eleições 2018: democracia, desenvolvimento e trabalho

13ª Plenária do Conselho Consultivo da CNTU

Documento básico



Logomarca elaborada pelo arquiteto Ruy Ohtake

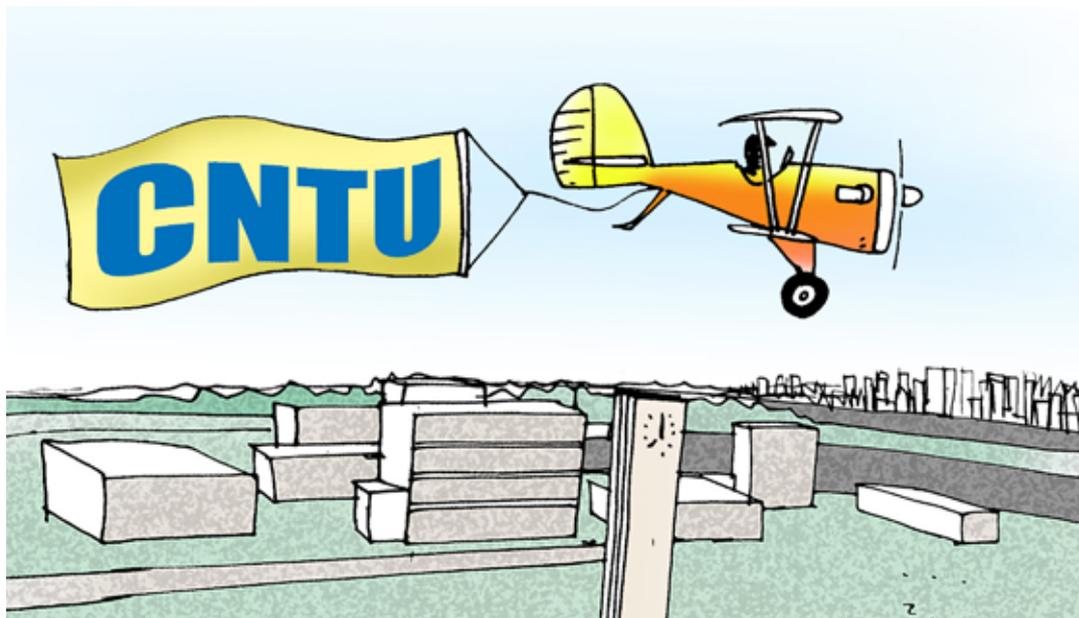


10 de agosto de 2018

Sumário

1 Apresentação: uma contribuição inicial para o debate	3
2 A CNTU nas eleições de 2014: papel ativo na afirmação do país possível e as pedras no caminho	4
2.1 Estupefatos diante das “deformas”	4
2.2 A importância de “como irmos juntos”	4
2.3 As nossas expectativas em 2014	5
2.4 O caminho que vinha sendo lenta e progressivamente afirmado.....	5
2.5 A relevância e a transparência da CNTU, suas quatro federações e 59 sindicatos filiados	6
2.6 Para além das corporações, o olhar amplo e o comprometimento com o País	6
2.7 O desrespeito das “deformas” por nossas expectativas e contribuições.....	6
2.8 O quadro devastador e as incertezas nas eleições de 2018	8
3 A CNTU e as eleições de 2018: esperança e luta para reverter a precarização crescente do trabalho e os retrocessos sociais	9
3.1 A “deforma” trabalhista	9
3.2 A instauração da barbárie nas relações trabalhistas e sociais	9
3.3 Cresce o desemprego e a precarização do trabalho	10
3.4 Atuar no quadro eleitoral complicado e desafiante.....	10
3.5 Conectar o trabalho com a democracia e o desenvolvimento é o nosso desafio	11
3.6 Responsabilidade e exigência nos relacionamentos e compromissos eleitorais.....	11
4 O projeto Brasil 2022 – O País que queremos	12
4.1 Fomento do caldo de cultura civilizatório, democrático e desenvolvimentista	12
4.2 A contribuição e o recado de Ruy Ohtake para o Brasil 2022	13
4.3 A mensagem urbanista de Nazareno Stanislaw para o Brasil 2022	13
4.4 Lancemos nossos gritos de independência do Brasil e sejamos os modernistas do século XXI	14
4.5 Por que o “Brasil 2022 – O País que queremos”?	14
4.6 O Brasil 2022 como animador na crença da boa política de ser brasileiro.....	14
5 Conclusões e propostas para dar início à reconstrução do País	15

1 Apresentação: uma contribuição inicial para o debate



Este documento básico é uma contribuição inicial ao debate que a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) se propõe a fazer tendo como norte as eleições gerais de 2018, sob o mote “**democracia, desenvolvimento e trabalho**”.

Completa o esforço dessa reflexão e proposição a ideia de nação brasileira que fundamenta o projeto **Brasil 2022 – O País que queremos**. A entidade acredita que entre o pleito previsto para outubro próximo e o ano de 2022, quando se comemorarão os 200 anos da Independência e os 100 anos da Semana de Arte Moderna, o País deverá se repensar, levando em conta suas heranças, seu presente e seus enigmas futuros.

2 A CNTU nas eleições de 2014: papel ativo na afirmação do país possível e as pedras no caminho

2.1 Estupefatos diante das “deformas”

As relações entre democracia, desenvolvimento e trabalho estão bastante evidentes no momento atual brasileiro. Ferida a democracia, enfraquecido o desenvolvimento e desvalorizado o trabalho, causando a fragmentação nacional. Os três poderes que compõem a República Federativa do Brasil vêm realizando atos que provocam transformações abruptas no País, não tendo sido debatidas e eleitas como o caminho escolhido pelos brasileiros para traçar os seus porvires. Grande parte da população brasileira encontra-se estupefata diante de mudanças radicais, inesperadas, desarmonizantes, impostas de cima para baixo, com o nome de “reformas”, mas que nós, profissionais universitários da CNTU, chamamos de “deformas”, para desmistificar a propaganda de transformação positiva e mostrar seu verdadeiro caráter deformante e extremamente complicante da vida social no País.



2.2 A importância de “como irmos juntos”

A CNTU é uma instituição não partidária, democrática, cuja direção e base sindicais, além do seu Conselho Consultivo e de outros relacionamentos políticos e sociais, contém as mais diversas tendências e ideologias políticas que convivem, dialogam e trabalham conjuntamente. Nossas ações sempre levam em conta o “como irmos juntos”, “como tecer a unidade na prática sem perder as singularidades e multiplicidades de orientações e pensamentos”. Portanto, nos sentimos à vontade para, sem contrariar as leis vigentes e as autoridades, expressar as nossas indagações, críticas e descontentamentos com o andamento do País.

2.3 As nossas expectativas em 2014

Em 2014, no contexto das eleições gerais, a CNTU publicou o documento “50 propostas para o País”, entregue aos candidatos a presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. As expectativas então eram:

- **Consolidação da democracia:** que o País avançasse na consolidação do processo democrático (iniciado com a Constituição de 1988 e o estabelecimento de eleições diretas para todos os cargos do poder político no Executivo e no Legislativo), com valorização e aprimoramento do processo de representação político-partidária, abrindo-se oportunidades reais para a representação dos vários segmentos sociais, como, por exemplo, trabalhadores, mulheres, afrodescendentes, indígenas, jovens, LGBTs, e valorização crescente dos sistemas de consulta à população e de controle e participação social na gestão pública.

- **Desenvolvimento sustentado e sustentável:** que houvesse crescimento econômico e esse fosse fator de desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional e de promoção do progresso social, com sustentabilidade ambiental através do saneamento integrado e da preservação dos ecossistemas, melhores padrões educacionais, culturais, de saúde pública de qualidade, distribuição de renda e riqueza, melhorias das infraestruturas econômicas, sociais e urbanas. Via-se nas reservas de petróleo na camada do pré-sal uma das principais oportunidades de fontes de financiamento desses progressos socioambientais, ampliação produtivista e modernização industrial.

- **Valorização do trabalho e dos trabalhadores:** que o trabalho fosse progressivamente valorizado com mais qualificação dos trabalhadores, melhores salários, especialmente na base da pirâmide socioeconômica e instrumento de inclusão e justiça social, com crescente igualdade da participação feminina, dos afrodescendentes e de minorias no mercado de trabalho, dirimindo-se condições adversas à saúde física e mental dos trabalhadores. Avanços esses em que a ação sindical desempenhasse papel decisivo.

2.4 O caminho que vinha sendo lenta e progressivamente afirmado

Na síntese acima ou na íntegra das 50 propostas dos profissionais universitários para as eleições de 2014¹ não há qualquer tipo de radicalismo ou utopia. Tratava-se de dar continuidade ao processo que vinha lentamente se implantando desde a década de 1990. Evidentemente, consideramos as dificuldades que poderiam advir das crises econômicas, desacelerando programas e investimentos. Mas o caminho estava sendo confirmado: o Brasil como uma das mais importantes economias industriais do mundo. Fazia-se um esforço para que essa posição fosse justificada também no desempenho social, em que nos encontramos nos piores *rankings* mundiais de qualidade de vida; no político, afastando as ameaças antidemocráticas; e no econômico, não nos conformando com a redução das potencialidades ao papel de exportadores de *commodities*.

¹ Publicadas na revista *Brasil Inteligente* no. 3, disponível em https://www.cntu.org.br/new/_FILES/publicacoes/23082014-061034-brasilinteligente3.pdf

2.5 A relevância e a transparência da CNTU, suas quatro federações e 59 sindicatos filiados

As federações sindicais que compõem a CNTU são formadas por profissionais de grande relevância na produção de uma sociedade democrática, desenvolvimentista e de bem-estar social:

- **economistas**, que pensam instrumentos de viabilização do desenvolvimento;
- **engenheiros**, que projetam e produzem infraestrutura e desenvolvimento;
- **farmacêuticos**, que cuidam da produção e distribuição de medicamentos e de saúde pública;
- **nutricionistas**, com olhar atento à quantidade e qualidade da nutrição e alimentação;
- **odontologistas**, que cuidam da saúde bucal da população.

2.6 Para além das corporações, o olhar amplo e o comprometimento com o País

Todas essas federações e seus sindicatos filiados que compõem a base da CNTU são entidades sérias, que atuam na defesa de seus trabalhadores e vão além, com atento olhar e trabalho pelo bem-estar de todos. Atuam com entidades espalhadas em todas as regiões, cada uma delas com suas particularidades, mas todas conectadas à Nação brasileira. Entram na agenda dessa batalha constante os serviços públicos, o desempenho socioeconômico, a participação política dos trabalhadores e do povo, o relacionamento com os países vizinhos e a cooperação e solidariedade entre os povos para a paz mundial.

O encontro dessas especialidades na CNTU, somado às contribuições dos nossos conselheiros consultivos, permite-nos um olhar amplo sobre o País, a realidade nacional e internacional. Significa uma potência de ação conjunta pela construção de um mundo melhor, que se apoia num contingente qualificado de 15 milhões de profissionais com formação universitária, dos quais 2 milhões compõem diretamente a base da CNTU.

2.7 O desrespeito das “deformas” por nossas expectativas e contribuições

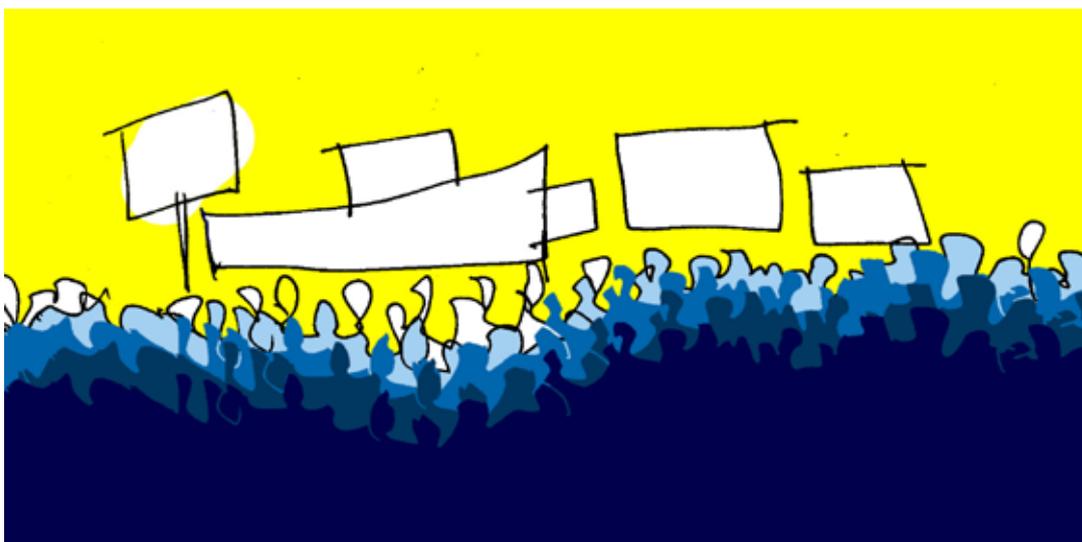
Lamentavelmente, contrariando todas as nossas expectativas de aprofundamento da democracia, do desenvolvimento sustentado e sustentável e da valorização do trabalho dos brasileiros, o que estamos vendo neste momento é de uma gravidade ímpar. Não podemos deixar de denunciar e buscar interromper o que nos acontece que, em síntese, é dado pelos seguintes aspectos:

- **Descontinuidade do projeto democrático** com a ameaça de um Estado jurídico-policial substituindo o Estado de Direito, num ambiente de completo autismo dos representantes governamentais no Executivo e Legislativo aos reclames da população e de total sujeição aos interesses de uma minoria patronal.
- **Desmanche do País**, dismantelamento de sua estrutura produtiva, com a destruição das suas mais importantes empresas, entrega dos nossos recursos naturais para empresas estrangeiras de forma apressada e irresponsável, ferindo mortalmente a soberania nacional.
- **Eliminação de conquistas importantes** para o emprego qualificado dos brasileiros e o conhecimento científico e tecnológico do País, como o caso da eliminação do conteúdo tecnológico nacional e a privatização ou destruição paulatina das mais importantes empresas de energia.
- **Desvalorização dos trabalhadores e do trabalho dos brasileiros** com uma lei trabalhista em que os trabalhadores não foram ouvidos, pelo contrário, foram repelidos quando tentaram questionar e propor alternativas ao retrocesso.
- **Congelamento de gastos públicos nas áreas essenciais** de infraestrutura social e urbana e de gestão pública.
- **Desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS)** e favorecimento indecoroso dos sistemas privados de saúde, deixando grande parte da população sujeita à falta de atendimento médico, farmacêutico e hospitalar, com anúncio de uma crise sanitária sem precedentes.
- **Aprovação de medidas sanitárias completamente adversas à prudência e ao bom senso**, desrespeitando-se pareceres científicos e técnicos, como foi recentemente a aprovação e isenção fiscal de agrotóxicos proibidos em diversos países e lesivos à saúde dos trabalhadores e dos consumidores ao meio ambiente.
- **Crescente privatização de empresas estatais em setores estratégicos** para a segurança e o desenvolvimento do País.
- **Internacionalização de empresas brasileiras**, com a perda de controle dos processos inovacionais e do emprego.
- **Enfraquecimento do sistema de C,T&I** com corte de verbas, desativação de programas e destruição progressiva do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.
- **Corte de recursos nos programas sociais** e fechamento de programas de suma importância para o bem-estar, como a farmácia popular.
- **Fragilização da educação superior** com ameaças de privatização do ensino, corte de verbas nas universidades públicas, esvaziamento de áreas fundamentais da educação e pesquisa universitárias.
- **Retrocessos culturais** no pensamento e gestão da educação e da cultura.
- **Comunicação predatória**, privilegiando os sistemas de mídia e comunicação que não se caracterizam pela busca da verdade, do debate de ideias e informação honesta.

2.8 O quadro devastador e as incertezas nas eleições de 2018

Estamos chegando às eleições de 2018 num quadro devastador de desemprego, recessão econômica, desnacionalização, desindustrialização crescente, precarização social, barbarização do debate público e perda de soberania. O que podemos fazer diante desse quadro? Podemos bastante, mas tudo indica que não será suficiente o voto. Que precisamos ousar mais e ter uma agenda eleitoral e pós-eleitoral para os próximos anos em que a meta seja a reconstrução do País.

3 *A CNTU e as eleições de 2018: esperança e luta para reverter a precarização crescente do trabalho e os retrocessos sociais*



3.1 A “deforma” trabalhista

O movimento sindical vive um dos momentos mais difíceis em 80 anos de existência das entidades representativas dos trabalhadores no Brasil. Em enorme retrocesso histórico, o Congresso Nacional aprovou e o governo sancionou uma reforma trabalhista deformante ao extremo. A medida implica problemas jurídicos, econômicos, sociais e políticos; certamente é um dos itens relevantes no conjunto de ações em curso que se caracterizam por reacionarismo e irresponsabilidade de parte significativa dos governantes com sustentação nos sistemas midiáticos e em parte da sociedade, principalmente nas elites econômicas.

3.2 A instauração da barbárie nas relações trabalhistas e sociais

Com a promessa de “modernizar” as relações do trabalho no Brasil, alteraram-se mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), trazendo-se em realidade a barbárie. A reforma não enfrenta nenhum dos problemas relativos ao desenvolvimento brasileiro, à competitividade da economia nacional ou à melhor organização do mercado de trabalho.

Em resumo, a “deforma” trabalhista:

- amplia as possibilidades de utilização de modalidades de contratação a termo e introduz a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do *home office*;
- viabiliza inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em favor da empresa;
- permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário;
- esvazia as instituições públicas responsáveis em assegurar a efetivação dos direitos trabalhistas; e
- enfraquece os sindicatos e descentraliza as negociações coletivas.

3.3 – Cresce o desemprego e a precarização do trabalho

A propaganda da reforma, em falácia repetida inúmeras vezes, quis fazer crer à sociedade que a proteção social do trabalho gerava desemprego e engessava a economia. No entanto, o trabalho foi precarizado e barateado e, após nove meses de vigência da nova legislação, o desemprego continua a crescer por razões conjunturais e estruturais do capitalismo. O fato é que hoje temos 13 milhões de desempregados oficialmente, além daqueles que nem tentam buscar uma oportunidade e formam a massa de desalentados e de subempregados sem direitos.

Portanto, as condições de vida e trabalho vão se tornando cada vez mais perversas para a sociedade em geral, sendo os mais prejudicados os mais pobres, os jovens, os negros e as mulheres, também se observando condições piores em algumas regiões do País. A pobreza, medida como distanciamento dos padrões dignos de existência, cresce acentuadamente entre os pobres mais escolarizados que conseguiram acesso ao ensino superior através de políticas públicas, como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni), mas não conseguiram acesso ao emprego decente.

3.4 – Atuar no quadro eleitoral complicado e desafiante

Em 2018, temos um quadro eleitoral complicado e desafiador à participação ativa dos trabalhadores no processo. Esse quadro complexo, nacional e mundial, exige dos dirigentes sindicais, dos trabalhadores, dos pensadores do trabalho e da sociedade em geral mais preparação e conhecimento da realidade do trabalho, grande maturidade e capacidade de enfoque, melhor argumentação e mais iniciativas junto aos candidatos, às instituições e no debate público. Mas é necessário que expressemos a complexidade dessa realidade de forma simples para que todos entendam, para que possamos esclarecer melhor a sociedade sobre o que acontece, fazendo frente ao grande imbróglio comunicacional sobre as questões políticas, econômicas, sociais e trabalhistas e desmanchando as abordagens mistificadoras do ultraliberalismo e naturalizadoras da exploração dos trabalhadores.

3.5 Conectar o trabalho com a democracia e o desenvolvimento é o nosso desafio

Capacidade de observação crítica do mundo em que vivemos e solidariedade com os que mais sofrem é a nossa tarefa nessa crise cujo desfecho ainda é desconhecido. Conectar o trabalho com a democracia e o desenvolvimento numa visão nacional é o nosso desafio no processo eleitoral de 2018.

Esse desafio passa pelo Parlamento, além do Poder Executivo, na construção de uma maioria que permita colocar em prática soluções para o nosso país de dimensões continentais. Com uma população majoritariamente urbanizada, o Brasil é uma nação em construção que já realizou processos importantes que a colocam como um dos países mais importantes do mundo.

3.6 Responsabilidade e exigência nos relacionamentos e compromissos eleitorais

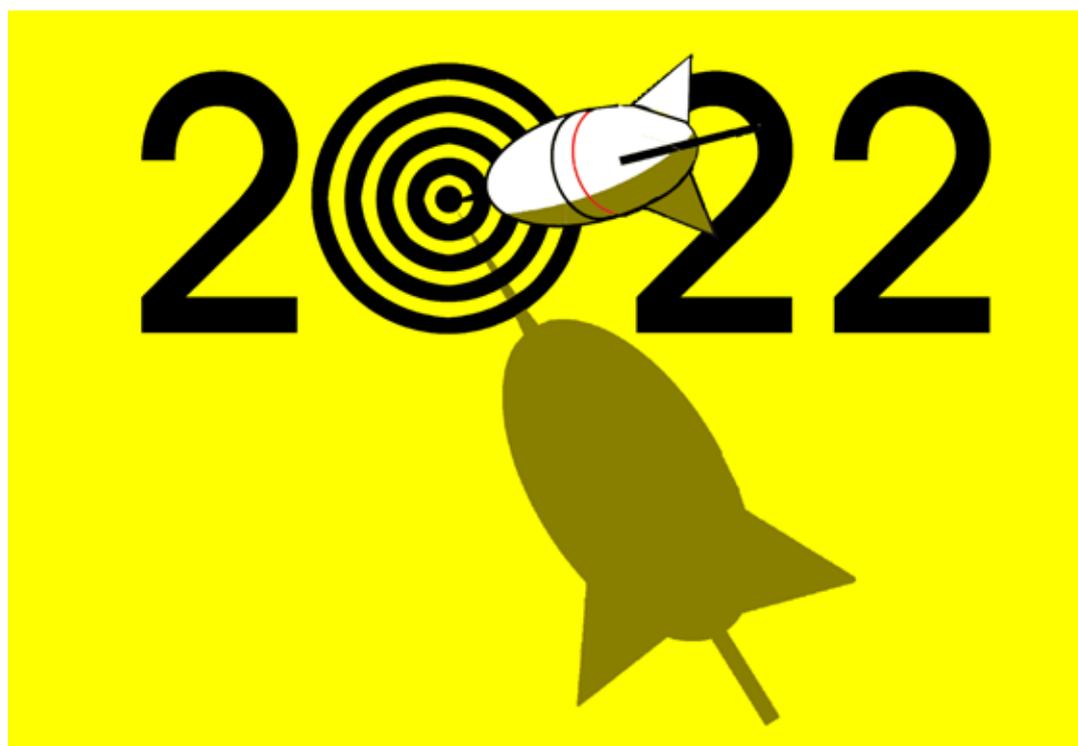
Portanto, devemos ser responsáveis e exigentes diante das eleições que se aproximam. Respeitando a todos e sem o cultivo do ódio, devemos levar o debate ao mais alto nível de comprometimento verdadeiro dos candidatos. O momento é grave, e o *marketing* em excesso não nos ajuda. A política é a rainha das necessidades, mas os políticos são seres humanos como quaisquer outros, não devendo ser endeusados e espetacularizados, e os governantes são servidores públicos e não nossos patrões. Eles nos devem explicações e satisfações por seus atos. As próximas eleições são muito importantes para gerar uma energia positiva de animação da política para além de 2018, rumo à reconstrução do Brasil.

4 *O projeto Brasil 2022 – O País que queremos*

Brasil 2022 – O País que queremos é uma iniciativa da CNTU com a esperança que o Bicentenário da Independência e os 100 anos da Semana de Arte Moderna ensejem o repensar da cidadania brasileira e, assim, o debate que contribuirá com o projeto de país desejado.

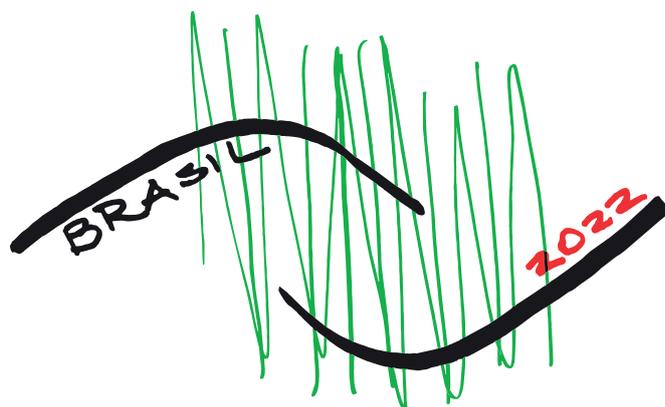
4.1 Fomento do caldo de cultura civilizatório, democrático e desenvolvimentista

O **Brasil 2022 – O País que queremos** é a mobilização das pessoas, entidades e instituições para manifestação das imagens, vontades, crenças, desejos e propostas para que o Brasil seja melhor do que é, sem pretensão de uma totalidade unificadora ou centralizada. Que cada pessoa, grupo, movimento social, escola, universidade, sindicato, casa de cultura, empresa, cooperativa, partido político, teatro, escritor, educador, pintor, estudante, cineasta, trabalhador, profissional, cidadão, não importa a classificação, possa criar e exibir sua mensagem. No passado, considerava-se esse tipo de manifestação como fomento do “caldo de cultura”. De uma postagem na rede social a uma grande exposição, todos os formatos, gêneros, estilos, técnicas e linguagens são válidos, expressando em gestos diversos o **Brasil 2022 – O País que queremos**.



4.2 A contribuição e o recado de Ruy Ohtake para o Brasil 2022

Podemos considerar como um dos gestos primeiros do **Brasil 2022** a logomarca feita pelo arquiteto Ruy Ohtake, que expressou no papel, usando sensibilidade, experiência e canetas hidrocor, o **Brasil 2022**. A respeito desse desenho, o artista comentou: “O Brasil será reconstruído com dois traços e alguns rabiscos.” Singelo gesto, mas grande sabedoria e conhecimento de um *expert* em projetos, com cinco décadas de exercício profissional em arquitetura e *design* e uma vida dedicada à criação permanente, em forte diálogo com o País, portador de pensamento sobre as cidades e a cultura.



Logomarca elaborada pelo arquiteto Ruy Ohtake

4.3 A mensagem urbanista de Nazareno Stanislau para o Brasil 2022

Antes de Ruy Ohtake, outro conselheiro consultivo da CNTU, também arquiteto, especialista em transportes e mobilidade urbana, Nazareno Stanislau Affonso, participou de uma jornada da CNTU. Enquanto os debates aconteciam, com um cavalete, uma tela e tintas, fez esse belo quadro e deu o seu recado, sua mensagem para o **Brasil 2022 – O País que queremos**.



4.4 Lancemos nossos gritos de independência do Brasil e sejamos os modernistas do século XXI

Outras iniciativas, como as de Ohtake e Nazareno, podem e devem ser desenvolvidas País afora. Simpósios, debates, exposições, livros, filmes, artigos, fotografias, poesias, tratados, dissertações, teses, pinturas, grafites, balões, bandeirinhas, bordados, manifestos, campanhas, cursos, cartilhas, *blogs, sites, posts* nas redes sociais, não importa o meio, o formato, o gênero, o estilo, a tecnologia, a linguagem, lancemos nossos gritos de independência e sejamos os modernistas do século XXI.

4.5 Por que o “Brasil 2022 – O País que queremos”?

A resposta mais profunda a essa pergunta é: fazer a grande política e animá-la, afastando a ideia despolitizante de que o mercado é a nossa salvaguarda. Essa é uma crença de poucos que se tornam muitos graças ao poder do aparato midiático. Assim, nação, povo, liberdade e até a vida reduzem-se a uma só dimensão, à verdade do mercado. Mas o homem é um ser múltiplo, que crê, ama, cria e atua socialmente. A nação, por consequência, também é mais que mercado. É um conjunto de ricas crenças de uma população que se organiza num território para continuar compartilhando a vida, comungando valores básicos de convivência a serem defendidos por todos.

Pode-se dizer que uma nação são as relações entre democracia, desenvolvimento e trabalho. Cada um desses termos contém múltiplas relações, mais ou menos evidentes. Essas não são cimentos, são plásticas, estão sempre sendo moldadas, esculpidas, criadas, recriadas; são crenças políticas, ou seja, na capacidade de um povo se melhorar, aperfeiçoar suas relações e realidades.

4.6 O Brasil 2022 como animador na crença da boa política de ser brasileiro

Acreditamos que o **Brasil 2022 – O País que queremos** é um animador da cidadania na revelação das crenças sociais, educacionais, culturais, humanísticas, ambientalistas, igualitaristas, solidárias, que animam o brasileiro a ser ele próprio e oferecer sua contribuição como sociedade pujante de rica diversidade, com desejos de pacificar a si e ao mundo.

Brasil 2022 – O País que queremos, uma nação por vir, um povo por vir, sempre renovando seu amplo arco de crenças e esperanças na democracia, no desenvolvimento, no trabalho. Nós acreditamos na magia de um Brasil soberano, a favor de si e contra ninguém.

5 *Conclusões e propostas para dar início à reconstrução do País*

A CNTU vislumbra nas eleições de 2018 oportunidades para o franco debate público e o comprometimento da sociedade e dos candidatos com uma agenda política, econômica e social de reconstrução da democracia real, do desenvolvimento sustentável e sustentado e de valorização do trabalho e dos trabalhadores. Acreditamos ainda que tal esforço deve ter continuidade além do pleito de outubro próximo e propomos uma participação política efetiva que promova a defesa e a renovação dos laços sociais de toda a nação brasileira. Como contribuição inicial a tal empenho, apresentamos algumas propostas pontuais para orientar a nossa ação no contexto das eleições de 2018:

1 Participar do debate eleitoral de 2018 com a melhor qualificação dos nossos argumentos em defesa do trabalho e dos trabalhadores, exigindo dos candidatos compromissos com a revisão ou anulação da reforma trabalhista implantada pelo atual governo que feriu de morte as condições de razoável harmonia do mercado de trabalho e das relações trabalhistas. Que uma nova reforma trabalhista possa ser formatada com a participação dos trabalhadores, fruto de um pacto democrático e progressista entre capital e trabalho.

2 Exigir dos candidatos o compromisso com a anulação de todos os atos governamentais dos últimos dois anos que comprometeram o investimento público na infraestrutura social e urbana.

3 Exigir dos candidatos a anulação de todos os atos governamentais dos dois últimos anos que dilapidaram a soberania do País, como a entrega obscura, sem transparência, de seus recursos naturais, energéticos e empresariais.



- 4 Exigir dos candidatos o compromisso de não darem continuidade aos planos de privatização de empresas e setores públicos.
- 5 Exigir dos candidatos responsabilidades maiores com a gestão orçamentária, de modo a garantir o investimento em programas de desenvolvimento nacional, tendo como prioridade o combate ao desemprego, à pobreza, à miséria e ao caos urbano, tomando medidas em favor da educação, da saúde pública e do desenvolvimento urbano.
- 6 Exigir dos candidatos compromissos firmes com medidas que assegurem a saúde, a alimentação e nutrição saudável dos trabalhadores e dos consumidores, rejeitando medidas na agricultura e indústria que comprometam o bem-estar social e os ecossistemas.
- 7 Exigir dos candidatos compromissos de defesa dos sistemas de educação e pesquisa em todas as áreas do conhecimento, fortalecendo as universidades públicas, centros de pesquisa e programas de desenvolvimento, científico e inovacional, que vão ao encontro das necessidades do País e de seu desenvolvimento sustentável.
- 8 Exigir dos candidatos extremo compromisso com o Estado de Direito, o combate ao abuso de poder e à politização e partidarização dos sistemas de Justiça.
- 9 Exigir dos candidatos o compromisso com a soberania do Brasil e o respeito à soberania dos demais países.
- 10 Exigir dos candidatos compromissos com a nação brasileira, com a renovação dos laços sociais a partir de necessidades, valores, crenças e desejos do povo brasileiro pela prosperidade distribuída, pela vida boa e pela paz.

Realização



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS



SDS Edifício Eldorado, sala 108 – CEP: 70392-901
Brasília/DF – Telefone: (61) 3225-2288

cntu@cntu.org.br – www.cntu.org.br

E seus 59 sindicatos filiados abaixo relacionados

Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo

Sindicato dos Engenheiros do Estado do Acre; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará; Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão; Sindicato dos Engenheiros de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará; Sindicato dos Engenheiros do Piauí; Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Engenheiros do Estado de Roraima; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina; Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo; Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do Tocantins

Sindicato dos Farmacêuticos do Acre; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Alagoas; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Amazonas; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará; Sindicato dos Farmacêuticos do Distrito Federal; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Espírito Santo; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás; Sindicato dos Farmacêuticos do Maranhão; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Mato Grosso; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Piauí; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Roraima; Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe

Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia; Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Pará; Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo; Sindicato de Nutricionistas do Estado de Alagoas; Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Pernambuco;

Sindicato dos Odontologistas do Acre; Sindicato dos Odontologistas do Amapá; Sindicato dos Cirurgiões-dentistas do Amazonas; Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará; Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal; Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo; Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás; Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso; Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais; Sindicato dos Odontologistas do Estado do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Odontologistas de Rondônia; Sindicato dos Cirurgiões-dentistas de Sergipe

O evento será transmitido *online*, confira no site www.cntu.org.br



[/CNTU.ProfissionaisLiberais](https://www.facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais)



[/cntu_sindical](https://twitter.com/cntu_sindical)



[/CNTUSindical](https://www.youtube.com/CNTUSindical)